

Crônica Universitária

Relatório de Atividades

SÍNTESE

Durante o período entre outubro de 1963 e outubro de 1964, da gestão do Professor Alberto Deodato Maia Barreto, realizaram-se dois concursos, para preenchimento das cadeiras de Medicina Legal e Direito Internacional Privado.

Houve um falecimento; quinze nomeações e uma demissão.

CONCURSOS

Direito Internacional Privado (para provimento da cátedra) — Em 11 de novembro de 1963. A Banca Examinadora estava composta dos Senhores Professôres: Darcy Bessone de Oliveira Andrade — Presidente; Wilson Melo da Silva; Gama e Silva; Haroldo Valadão; Oscar Tenório. Nenhum candidato conseguiu aprovação.

Medicina Legal (catedrático) — Em 1 de junho de 1964.

Candidato único: Prof. Osvaldo Pataro Moreira, aprovado. A Banca Examinadora foi composta pelos Senhores Professôres: Lydio Machado Bandeira de Mello — Presidente; Lourival Vilela Viana; Hamilton Nogueira; Hélio Gomes e Hilário Veiga.

DEMISSÃO

Exonerou-se a funcionária Eunice Rangel, em 6 de agosto de 1964.

FALECIMENTO

Faleceu o servidor Leonídio Ferreira Faria, no dia 22 de outubro de 1963.

CONTRATADOS

Foram contratados pela Diretoria da Faculdade de Direito os seguintes funcionários: Helenita dos Santos Silva e Marina Ribeiro Frade, para a Biblioteca; Anette Augusta Moreira de Souza, para o D.A.J.; Moto-

rista João Maestro; Maria da Conceição Moura e Gercy Boson Martins, para o Departamento Odontológico; Ascensoristas: Clóvis Izabel da Silva e Vitalino da Silva Neto; Serventes: Guido de Nazareth, Sílvio de Jesus, José Isidoro dos Santos, José Lino de Miranda; Nomeações em caráter interino: Bianor Pinto da Costa, Maria Therezinha Murta Lages e Mariza Figueira Fernandes.

VESTIBULAR

Após a realização do segundo Concurso de Habilitação à matrícula inicial nesta Faculdade é o seguinte o relatório final: a) realizaram-se as provas de 17/2 a 2/3 e 13/3 a 21/3 do corrente; b) à convocação dos editais publicados no órgão oficial «Minas Gerais» em 24/12/63 e 6/3/64 atenderem 611 candidatos, dos quais 549 optaram pelo exame de francês e 62 pelo de inglês; as inscrições se iniciaram em 2/1 e 6/3 encerrando-se em 20/1 e 11/3, respectivamente, às 17 horas, isto é, fizeram-se no prazo fixado pelo Decreto-Lei 9.154, de 8 de abril de 1946 e por decisão da Egrégia Congregação favorável à autorização contida no citado decreto; c) 8 candidatos cancelaram, espontaneamente, suas inscrições; d) 10 outros tiveram-nas canceladas, porque não completaram a documentação nos sucessivos prazos concedidos para tal; e) chamados 593 candidatos à primeira prova escrita, de latim, 24 deixaram de comparecer e foram eliminados (art. 34 da Portaria nº 14, de janeiro de 1957); f) 6 candidatos não compareceram à prova escrita de português e também foram eliminados; g) 3 candidatos faltaram à prova escrita de História da Filosofia, sendo então eliminados; h) 4 candidatos não compareceram à prova escrita de francês, sendo por isso eliminados; i) 556 candidatos foram convocados aos exames orais tendo sido eliminados 311 (129 em latim 77 em História da Filosofia, 60 em português, 39 em francês e 6 em inglês); j) foram pois aprovados e habilitados à matrícula inicial do Curso de Bacharelado, 245 candidatos.

BIBLIOTECA

Em razão do aumento considerável de alunos e da reestruturação do currículo, a frequência à Biblioteca, durante o ano letivo de 1964, aumentou em cerca de 70%.

Foi publicado, em setembro de 1964, o 6º Boletim Informativo da Biblioteca, com histórico das inovações, frequência, aquisições de obras, bibliografias etc..

OFICINA GRÁFICA

De outubro de 1963 a outubro de 1964, foram publicados, pelo Departamento Gráfico da Faculdade, as seguintes monografias e revistas: LIVROS E APOSTILAS — Caderno de Pesquisas nº 8, do Instituto de

Direito Processual — 172 páginas; Caderno de Pesquisas n° 10, do Instituto de Economia e Finanças — 96 páginas; Programa de Português, História, Ciências e Geografia, do Curso Rio Branco — 160 páginas; Programa de Ciências, Inglês e Francês, idem, 96 páginas; Programa de História e Geografia, idem 82 páginas; Aulas de Direito Civil, 4ª série, 2ª parte — 224 páginas; Aulas de Direito Civil, 4ª série, 1ª parte — 128 páginas; Aulas de Direito Processual Penal, 5º ano, 92 páginas; Aula de Direito Processual Penal, 5º ano, 1ª parte, 144 páginas; Mensagem aos Moços — 1963, 92 páginas; Mensagem aos Moços — 1962, 56 páginas; Concurso para Agente Fiscal do Imposto de Consumo, 172 páginas; Disciplina da Citação Ficta, Intimação Ficta e do Julgamento à Revelia no Código de Processo Penal em Face da Constituição Vigente — 144 páginas. FOLHETOS — Epigramas — 8 páginas; Boletim Informativo do Centro de Estudos «Galba Veloso» — 20 páginas; Nur-Eldaha (conto árabe) — 32 páginas; A Criança, o Brinquedo e o Apartamento — 22 páginas; Final de Jornada — 16 páginas; Programas para 1ª série — 1964, Faculdade de Direito — 24 páginas; Programas para 2ª série — 1964, Faculdade de Direito — 32 páginas; Programas para 3ª série — 1964, Faculdade de Direito, 20 páginas; Programas para 4ª série — 1964, Faculdade de Direito, 20 páginas; Programas para 5ª série — 1964, Faculdade de Direito, 36 páginas; Boletim Informativo da Prefeitura Municipal de Paratinga — 20 páginas; IMPRESSOS DIVERSOS

CURSO PRÉ-JURÍDICO

— Modelo 9 — 150.000 impressos; Modelos Diversos, 5.000 cartões.

Sob a direção do Professor Amílcar de Castro, e com a orientação de professores contratados pela Congregação da Faculdade, funciona, desde abril de 1963, o Curso Pré-Jurídico.

CLUBE DO SAMUEL

Encarregado pelo Professor Alberto Deodato Maia Barreto — Diretor da Faculdade, o funcionário Luiz Queiroga está reorganizando o Clube do Samuel, que conta atualmente com 237 associados ex-alunos.

INSTITUTO DE PESQUISAS

Instituto de Direito Público

I) — Secção de Direito Penal

Supervisionada pelo Prof. Lydio Machado Bandeira de Mello e assistida pelo Prof. Ariosvaldo de Campos Pires, a Secção de Direito Penal, desde sua fundação, contou com os seguintes bolsistas: Antônio Lázaro da Silva e Murat Valadares (1962), José Eugênio Cordeiro (1963) e Pedro Falci Júnior e Nilson Naves (1964).

Foram publicados os seguintes trabalhos: 1. «Da Distinção Entre Crime ou Direito e Contravenção», in Caderno de Pesquisas nº 3; 2. «Aspectos do Peculato», in Caderno de Pesquisas nº 11. Atividades docentes e outras: 1 — aulas práticas ministradas aos alunos do 4º ano; 2 — fiscalização de vestibulares (1962), (1963) e 1964); 3 — realiação de bolsistas da secção; 4 — atendimento a alunos sobre questões curriculares.

II) — Secção de Direito Constitucional

Constituída pelos Professôres Raul Machado Horta, Catedrático, Alberto de Lima Vieira, Assistente, e pelo bolsista Helvécio de Oliveira Azevedo a Secção de Direito Constitucional publicou no «Caderno de Pesquisas nº 11, de 1964, o estudo intitulado «Aspectos do Direito Tributário», assim dividido: I. Conceito de autonomia de disciplina jurídica. II. Conceito de Direito Tributário. III. Autonomia do Direito Tributário. IV. Relações do Direito Tributário com o Direito Privado. V. Interpretação da norma tributária. VI. Direito Tributário Constitucional. O estudo foi elaborado pelo Prof. Alberto de Lima Vieira, Secção de Direito Administrativo.

III) — Secção de Direito Administrativo

Integrada pelos Professôres Onofre Mendes Júnior, Catedrático, e Paulo Campos Guimarães, Docente em exercício, Doutor Walter Bruno de Carvalho, Pesquisador, e Floriano Assunção Batista, Bolsista, a Secção de Direito Administrativo publicou no «Caderno de Pesquisas nº 11» o trabalho do Dr. Walter Bruno de Carvalho, subordinado ao título «O Poder Discricionário e a Idoneidade Técnica na Conferência Pública», com os seguintes capítulos: 1. A concorrência pública; II. O Poder discricionário. III. O controle do poder discricionário. IV. A idoneidade técnica na concorrência pública. V. Conclusões.

A Secção está promovendo, também, a catalogação, por assunto, dos artigos de alguns períodos especializados.

IV. Secção de Direito Internacional Privado — Esta Secção, sob a orientação direta do Assistente de Ensino, Prof. José Edgar Amorim Pereira, fez publicar nos «Cadernos de Pesquisas — 11, setembro de 1964, a primeira parte de suas pesquisas em torno do tema «A Doutrina Holandesa da «Comitas Gentium», obedecendo ao seguinte roteiro: «1ª Parte: Exposição da doutrina da Escola Holandesa. I. Circunstâncias que favoreceram o seu aparecimento..1. O movimento de autonomia dos Países Baixos. 2. A Escola Estatutária Francêsa do século XVI. II. Doutrina da Escola Holandesa. 1. Assimilação e reformulação do Sistema de D'Argentré. a) Sistema de Burgundus; b) Sistema de

Rodenburg; c) Sistema de Paul Voet; e) Sistema de Jan Voet. 2. A «Comitas Gentium» como fundamento de aplicação do Direito estrangeiro». A segunda parte do trabalho sobre o mesmo tema, já em andamento, se orienta na pesquisa da influência que, a partir de sua elaboração, vem exercendo a Escola Holandesa, em Direito Internacional de 1964 o professor José Edgard Amorim Pereira, cumprindo determinação Privado. Além de suas atividades neste Instituto, durante o ano letivo nação da Egrégia Congregação da Faculdade, regeu a cadeira de Direito Internacional Público, para uma das turmas do curso de Bacharelado.

Instituto de Direito Privado

I) — Secção de Direito Comercial

De acôrdo com esquema estabelecido pelo Prof. Ruy de Souza e sob a orientação do Assistente Luiz Alberto da Silva, está promovendo este Instituto um estudo histórico do Direito Cambiário, abrangendo os seguintes tópicos: I. Estudo comparado nos diversos sistemas jurídicos, especialmente nos Direitos Alemão, Francês, Italiano e Inglês; II. Análise da Obra de José Antônio Saraiva e João Luiz Alves e sua influência na lei cambial brasileira; III. Desenvolvimento do Direito Cambial; e, finalmente, IV. Apresentação de um ante-projeto de Lei Cambial.

A Parte Expositiva referente à Teoria Cambial Alemã, realizada pelo Assistente, foi entregue à Gráfica da Faculdade, e será publicada em o Caderno de Pesquisas nº 12, do Instituto de Direito Privado.

O Assistente, por determinação do Prof. Ruy de Souza, está ministrando aulas práticas de Direito Comercial para o 3º ano, e para o 4º ano, com autorização do Prof. João Eunápio Borges.

II) — Secção de Direito Civil

Funciona esta Secção sob a assistência dos Drs. Adriano de Azevedo Andrade e João Batista Villela.

O primeiro elaborou trabalhos de pesquisas, de que resultou a sua tese para habilitação à Livre Docência, com o título de «O Fundamento da Proteção Possesória».

Durante o ano de 1964, as atividades desenvolvidas no Instituto de Direito Privado pelo Assistente João Baptista Villela ou sob sua orientação, consistiram basicamente no que se segue: 1 — ATIVIDADES DE PESQUISA distribuíram-se em dois grandes grupos: 1.1 — continuação de trabalhos. Prosseguiu-se na execução dos seguintes trabalhos: a) Responsabilidade Civil por Fato de Outrem no Direito Brasileiro Precodificado. Execução a cargo dos alunos bolsistas, sob orientação do assistente. b) Subsídios para um Dicionário Brasileiro de Antiguidades Jurídicas. Execução a cargo exclusivo do assistente. c) Glossário Jurídico de Verbos. Execução a cargo exclusivo do assistente. 1.2 — Traba-

lhos novos. Procedeu-se ainda a pesquisa acêrca dos seguintes pontos: a) Distinção entre Bens e Coisas. Tema indicado pelo assistente e desen-12 dos Cadernos de Pesquisas (Direito Privado). b) Natureza e Efeitos volvido pelo bolsista José Ornelas de Melo. Será publicação em o número da Desapropriação. Tema indicado pelo assistente e desenvolvido pelo bolsista Albertino Daniel de Melo. Em fase de execução, estando a conclusão estimada para 1965. c) Aprofundamento no tema da fiança, tendo por base trabalho realizado em 1962 (porém ainda não publicado). Execução a cargo do bolsista Albertino Daniel de Melo, com conclusão estimada para 1965. 2 — ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO — Orientação para alunos da Faculdade acêrca de pontos da formação profissional do bacharel.

Instituto de Processo

%

O Instituto de Processo, por suas secções, civil e penal desenvolveu, durante o ano letivo de 1964, intensa atividade. Através dos assistentes das duas cadeiras, Alberto Deodato Maia Barreto Filho e Marcos Afonso de Souza, esteve orientando os alunos no Departamento de Assistência Judiciária desta Faculdade, com enorme e crescente movimento de indigentes.

No campo da pesquisa preparou, para publicação, vários trabalhos, sobressaindo-se traduções de processualistas renomados, uma pesquisa jurisprudencial sôbre prazos judiciais e outra sôbre juizado de instrução no Direito Francês e Italiano.

Ministrou, para os alunos da 3ª e 4ª e 5ª séries, aulas práticas de Processo Civil e Processo Penal, mediante o exame de processos findos, modêlos de petições, juris simulados, visitas individuais e coletivas ao Forum, Tribunal de Justiça, Penitenciárias dos Estados de Minas Gerais e da Guanabara e Departamentos de Medicina Legal.

Durante as festividades comemorativas do aniversário do D.A.J., entre os quais o Prof. Alfredo Buzaid, que debateu o atual Projeto do Código de Processo Civil e o Prof. Evaristo de Moraes Filho, que debateu promoveu conferências de eminentes mestres, dêste e de outros Estados, o projeto da nova codificação do Direito do Trabalho.

Instituto de Economia e Finanças

O Instituto de Economia e Finanças, em 1964, prosseguiu no início do ano, ao término das pesquisas iniciadas no segundo semestre de 1963. Concluíram-se os trabalhos referentes à agricultura e pecuária em Minas, bem como a análise geral da economia brasileira no após-guerra. Ambos os trabalhos foram publicados no caderno de pesquisas.

A análise geral da economia brasileira no após-guerra constitui o estudo introdutório de uma análise específica de cada setor da economia e das finanças do País, no período contemporâneo. Uma vez concluída

e publicada, o Instituto procedeu às pesquisas referentes ao comportamento setorial no mesmo período. Assim, foram feitos estudos referentes ao Imposto do Consumo, ao Comércio Exterior e ao Sistema de Transportes no período de após guerra. Esses estudos, em fase de conclusão e revisão pelo Assistente, serão publicados no Caderno de 1965.

Iniciadas há alguns anos, sob a orientação e por iniciativa do Prof. Washington Albino, prosseguiram-se as pesquisas para elaboração de um trabalho sobre o Ciclo do Ouro. Neste ano, além de uma visita à histórica cidade de Ouro Preto, desenvolveram-se pesquisas no Arquivo Mineiro, em documentos da época, sobre estrutura sócio-econômico-jurídica, destacando-se os problemas de organização do trabalho artesanal e suas características jurídico-econômicas, e os elementos institucionais, sobretudo a família no Ciclo do Ouro.

Foram ministradas aulas de reforço de Economia, tendo igualmente sido feita orientação de Economia e Finanças a alunos interessados.

DOUTORAMENTO

Doutoraram-se pela Faculdade de Direito os senhores João Baptista Villela e José Edgard Amorim Pereira.

O bacharel José Edgard Amorim Pereira concluiu, em 1962, o Curso de Doutorado (Secção de Direito Público). Havendo requerido a prova final para obtenção do respectivo gráu, compareceu, em 31 de outubro de 1963, perante banca especial de sete examinadores, para submeter-se à defesa de sua tese, intitulada «Da Nacionalidade como Circunstância de Conexão». Em consequência de sua aprovação, foi-lhe conferido pelo Diretor da Faculdade, Prof. Alberto Deodato Maia Barreto, em presença de seu paraninfo, Prof. Amílcar de Castro, o título de «Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais».

O bacharel João Baptista Villela, havendo concluído em 1960 o Curso de Doutorado (Secção de Direito Privado), e pretendendo a obtenção do respectivo grau, submeteu-se em 31 de outubro de 1963 à defesa da tese «Da Compensabilidade no Concurso Falencial. Ensaio de Contribuição à Tutela dos Créditos».

Foi-lhe atribuído o grau dez, pelos examinadores, profs. Edgar de Godoi Mata Machado, João Eunápio Borges, Caio Mário da Silva Pereira, Raul Machado Horta, Lydio Machado Bandeira de Mello, Ruy de Souza e Raymundo Cândido. Tendo em vista a aprovação do candidato, foi-lhe conferido em 16 de novembro de 1963 pelo Diretor da Faculdade, Prof. Alberto Deodato Maia Barreto, o gráu de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, sendo testemunhas do ato os Professôres José Geinaert do Valle Ferreira e João Eunápio Borges.

CENTRO ACADÊMICO PEDRO LESSA

O Centro Acadêmico Pedro Lessa, órgão litero-jurídico do corpo discente da Faculdade, tem mantido o ritmo normal de suas atividades.

Promovendo, semanalmente, sessões em que são apresentados e debatidos os mais diversos temas da atualidade brasileira, se propõe o CAPL, dentro de seus princípios fundamentais e de um espírito apolítico e isento de partidarismo, preparar o estudante para as lides forenses e, concomitantemente, fornecer-lhe uma visão panorâmica dos valores jurídico-sociais já dentro de perspectiva de vida profissional. Pretendendo não só mostrar os métodos e meios de Ação, assim como dar-lhe uma finalidade espiritual e redescobrir a responsabilidade do advogado na sociedade atual.

Assumindo a presidência por eleição indireta, pois dois presidentes renunciaram sucessivamente, o secundanista Eurípedes de Souza conseguiu novos materiais para a Secretaria, permitindo assim uma renovação nos seus quadros administrativos e regularizando as reuniões ordinárias, e, com a colaboração do Prof. Alberto Deodato, envidou esforços para a obtenção de um retrato do Patrono, que será colocado na sede das reuniões.

Acha-se em preparação, com a colaboração de vários professôres, um novo número da revista «O CEAPELISTA», cuja edição fôra interrompida anos passados.

A nova diretoria se encontra constituída:

Presidente — Eurípedes J. de Souza

Vice-Presidente — Manoel Patrício

Secretário — Juarez Dantas

Tesoureiro — João Virgílio

Secretário Propaganda — Alexandre Bogliolo.

CENTRO ACADÊMICO AFONSO PENA

Logo após a Revolução de 31 de março, foi decretada a intervenção em todos os órgãos estudantis. No Centro Acadêmico Afonso Pena, o interventor, José Augusto Figueiredo Branco, convocou uma Assembléia Geral, para ser eleita a nova diretoria, e a chapa indicada foi a seguinte:

Presidente — José Justino Braga Netto

V. Presidente — João Bosco Pinto Monteiro

Sec. Geral — Paulo Rubens Navarro Vieira

Primeiro Secretário — Luiz Otávio de Moraes

Tesoureiro Geral — Elias Procópio Duarte

Primeiro Tesoureiro — Brazil José de Araújo

Representante na Congregação — Guilherme Lobato

Representante no D.C.E. — José Carlos Pires.

Tendo José Justino pedido licença por tempo indeterminado assumiu o seu substituto imediato.

Como principais realizações da atual diretoria destacamos: Inauguração, no Restaurante, do Serviço Permanente de música, em «Hi-Fi». Diminuição do preço de corte de cabelo e barba. Publicação de um número de «Voz Acadêmica». Participação nos Jogos Fume-DCE. Conferências dos Senhores: José Maria de Alkimim, vice-presidente da República; Pe. Jean Ivez Galvez, sobre Democracia e Marxismo; Deputado Plínio Salgado, sobre Reforma Agrária; Aula de Oratória, ministradas pelo Prof. Braziliano da Costa. Palestras dos Profs. Washington Albino, Ruy de Souza, Alberto Deodato e do Magnífico Reitor Aluísio Pimenta. Solução do problema das carteiras, junto à UEE.

D. A. J.

Autêntico serviço público, o DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA (DAJ), leva assistência jurídica aos pobres, onde não atinge o órgão especializado do Estado, assoberbado de trabalhos. Note-mos que o conceito de seus serviços cresceu de modo que os habitantes das favelas dão-lhe inteira preferência, por recomendação de clientes, ex-clientes e de Associações beneficentes.

Nêste ano, o Departamento recebeu o patrocínio de cerca de 7 (sete) casos por dia, num total de quase dois mil, distribuídos entre os 13 bolsistas e não-bolsistas.

Embora não tenha condições de atendimento, o número de clientes do interior não diminuiu, em absoluto.

Como atividades extraordinárias, o D.A.J. realizou as seguintes, principais: I. SEMANA DO DAJ, em comemoração de seu aniversário, constituindo-se fato de grande repercussão na vida judiciária da Capital. II. O já tradicional CONCURSO DE JURIS SIMULADOS, em que se sagraram vencedores os estagiários Bráz José de Araújo, como acusador, e Cacildo Martins Ferreira, como defensor. Foram confeccionados DIPLOMAS, a serem dados aos estagiários que deixam o Departamento, servindo de incentivo a outros futuros e de títulos.

OUTRAS NOTAS

POSSE — Tomou posse na cátedra de Direito Trabalho o Prof. Messias Pereira Donato. Saudando-o, ao ensêjo, o Prof. Gerson de Brito Melo Boson, pronunciou o seguinte discurso:

«Recebi a incumbência de fazer-lhe esta saudação, na solenidade de sua investidura na cátedra vitalícia de Direito do Trabalho e Legislação Trabalhista, em nossa Faculdade. Você se tornou como dizem — um privilegiado, como todos nós somos, — os catedráticos vitalícios. Não creio que lhe tenha surgido a oportunidade de dormir numa cátedra, e ver o embranquecimento paulatino dos cabelos na ociosidade da rotina docente, ante o aparente desprezo dos incapazes.

Você se fez um privilegiado, se tanto — por ter capacidade intelectual e cultural — que isto sim é privilégio — e, sobretudo, por ter o privilégio da coragem de vir a público demonstrar os seus conhecimentos, conquistando a cátedra, não por proteção de alguém, por favores políticos ou por simpatias ideológicas, fatores que o jungiriam à subserviências.

Você é um privilegiado, sim, pela virtude do seu talento e pela verticalidade da sua moral.

O combate à cátedra vitalícia, através das críticas que a respeito hoje se escutam, é das coisas mais despidas de bom senso, de quantas se registram na atualidade brasileira. A cátedra vitalícia tem defeitos, que devemos corrigir. Impõe-se instituí-la como final da carreira de magistério; impõe-se unificá-la em correspondência à matéria lecionada, mesmo quando esta seja dada em mais de uma série de uma mesma Escola, ou em mais de uma Faculdade, de uma mesma Universidade, dando-lhe caráter de supervisão, de alta informação científica de controle de pesquisa, e de fiscalização da melhor atividade dos que ensinam a disciplina, postulados que, sem alarde, se acham encampados pelo novo Estatuto da nossa Universidade. Impõe-se separá-la, juridicamente, enquanto cargo público, da disciplina ou disciplinas que a integram. Reivindicar, porém, de tal modo, a sua extinção, envolve ingenuidade, reformomania, quando não agasalha frustrações inconfessáveis, em nada concorrendo para o verdadeiro desenvolvimento do ensino.

Menino pobre, o que não é privilégio, vendi doces e carnes, nas ruas e nos açougues de minha terra natal, onde também, aos dez anos já era auxiliar de telegrafista. E para frequentar esta mesma Faculdade, suporrei sete anos de pensão barata, sofrendo ainda hoje, em consequência, de avitaminose incorrigível. Não o diria em praça pública. Não tenho queda para a política, muito menos para a demagogia. Digo-o neste ambiente amigo, levado pela necessidade de agradecer a Deus, em cuja fé fui criado, pela coragem que também me deu de vir a público disputar uma cátedra; pela necessidade de agradecer a Deus por haver nascido num País que ainda se conserva livre, onde os homens que querem, vencem, e também por saber que o seu passado de lutas não difere do meu.

Acontece, porém, que nem eu, nem você, assim como vários outros, provavelmente, não nos assentariamos nesta Faculdade, se não fôsse a coragem, se não fôsse a liberdade, sem a qual não vive, não medra o Direito.

A Universidade não é dos alunos; é dos mestres e dos alunos, porque é da Ciência; pertence à Cultura, padrão da grandeza dos povos.

É certo que a Universidade brasileira, em muitos dos seus setores, se acha alienada da realidade nacional. Mas isso não se deve aos seus mestres. Deve-se à omissão de governos que se sucedem, negando os recursos necessários ao desenvolvimento da Universidade. E é neste

momento de crise, crise da Nação, crise da Universidade, que você ingressa em nossa Casa, privilegiado com o salário de Professor, um dos mais vís da República. Mas estamos certos de que a isso se acrescenta o arrôjo da sua luta para nos ajudar na tração de nossas letras, na aviventação constante de nossas tradições jurídicas, porque sem armação jurídica não pode viver nenhum povo. E a sua consciência não se ajusta ao desequilíbrio; ajusta-se aos arquétipos da justiça, que só nesta casa devem ser bem ponderados e transmitidos. As crises passam com os homens que as forjam e as alimentam; o direito permanece, porque permanece a valoração do justo, inerente à intuição humana. Você se inscreve entre os defensores do justo e esta Casa o aplaude.

Como eu, você não tem ilusões com relação aos jovens. Nós os professores, não podemos ter ilusões com relação aos moços que se assentam nos bancos de nossa Faculdade. Eles é que têm ilusões a nosso respeito, ilusões que, segundo a natureza das influências que as ditam, podem ser boas ou más. Ultimamente, temos ouvido a manifestação de ilusões perjorativas. Surgem como os fantasmas «de além da imaginação», cultivados pelos deturpadores do pensamento de Marx, desse humaníssimo Karl Marx, de quem se dizem discípulos por necessidade de justificar idéias que tão-só neles se geram, que abortam, clamando violência, como se a violência, em qualquer parte do mundo, a qualquer momento histórico, oferecesse sequer um exemplo consultivo da solução dos problemas humanos. A violência, até hoje, só tem oferecido ditadores, tiranos e gosadores do Poder. E como cresce o número dos liberticidas! Mesmo nesta terra que proclama ser o bérço da liberdade brasileira! Mas quão iludidos estão os que crêm no liberticídio, quanto os próprios liberticidas, não se esquecerem de que as liberdades públicas, por que se bateram os homens durante milênios, são uma conquista definitiva do nosso gênero. Haverá hiatos, onde o povo se deixar perder na tábua da escolha dos dirigentes, mas êsses hiatos jamais constituirão retrocesso, ante a conquista consciente do reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

Contamos com você, Prof. Messias, para a compreensão das discordâncias que possam surgir da parte de alunos, em relação a nossa tarefa e a nossa luta pela preservação das nossas instituições. Nessas discordâncias se acham também, indubitavelmente boas sementes do avanço, do desenvolvimento da nossa ciência e do crescimento da Pátria. Já fomos alunos e já discordamos de nossos Mestres e de nossas instituições, reputando essa discordância como efetiva contribuição ao progresso da nação brasileira, de sorte que as discordâncias da juventude contra certos aspectos, ou mesmo a totalidade das nossas estruturas, não poderão ter outro desiderato que o aperfeiçoamento da cultura brasileira, e, na verdade, se é quando assim proposto êsse desiderato, deve ser considerado por nós como contribuição valiosa ao nosso próprio aperfeiçoamento democrático.

Receba pois, nossa saudação de esperança e fé nos destinos do Direito, da Liberdade e da Pátria.

REITORIA

O Prof. Orlando de Carvalho renunciou ao seu cargo de Reitor em 3-2-64, e reassumiu sua Cadeira de Direito Constitucional em 4-2-64, nesta Faculdade.

GAT-64:

Iniciativa dos calouros, foi fundado o GRÊMIO DOS ALUNOS DA TURMA DE 1964 (GAT-64), órgão que empreendeu, no ano de sua fundação, os mais sérios e arrojados trabalhos. Citam-se, como empreendimentos dêste grupo, a organização de um Curso de Admissão gratuito que, hoje, conta com 150 alunos pobres, e mais, a apresentação de uma Exposição de Arte e Cultura. Participaram desta exposição os nomes jovens da arte, citando-se Eggreccia e Wilson Bax, com gravuras e óleos, e poetas de vanguarda, Osmar Dillon, e Otto, o primeiro como convidado e o segundo desta Faculdade. Durante a exposição, pudemos presenciar conferências versando sôbre «Aleijadinho» e «Cinema-Arte», uma delas oferecida pelo aluno José Tavares de Barros.

Ainda, o grupo de 64 promoveu excursões a Ouro Preto (Ciclo do Ouro — Prof. Washington Albino), Itaúna e Divinópolis. No setor de esportes o GAT-64 contribuiu com o Torneio BABÁ (Bacharelado Federal e Bacharelado Católica).

Foi publicado um número do jornal «JOGAT».

O GAT-64 patrocinou, em benefício do Curso de Admissão Gratuito, um concêrto, pela Orquestra Sinfônica do Conservatório Mineiro de Música.

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO

Opiniões:

«A Revista da Faculdade de Direito da UMG., honra os editores e ilustram as mais exigentes bibliotecas porque dignifica a Casa de Afonso Pena — que tem oferecido ao Brasil, ao par de exemplos dignificantes, profissionais dos mais eficientes». — Dr. Humberto Pena de Moraes — Niterói.

«Recebi da Faculdade de Direito da UMG., a sua Revista. Artigos de Darcy Bessone (A Propriedade), José Olympio de Castro Filho (Pelo princípio da imediata produção da prova no processo civil), Alberto Deodato (Raimundo Corrêa, juiz em Minas) e outros. Trata-se de uma das mais conceituadas revistas especializadas em assuntos jurídicos que se publicam no País». Ivan Ângelo — Correio de Minas.